Candomblés de Brasília:

contribuição aos estudos dos rituais afro-brasileiros no Distrito Federal¹.

por Antonio Gomes da Costa Neto²

RESUMO

O artigo aborda a formação dos Candomblés na capital Federal e demais cidades do Distrito Federal – cidades satélites -, seu entorno, cidades do estado de Goiás próximas a Brasília. Realiza-se a partir de pressupostos lingüísticos sobre os grupos de africanos aportados no território brasileiro, passando pelo tráfico de escravos até a construção de Brasília. Apresenta os primeiros sacerdotes de cultos afro-brasileiros do Distrito Federal através de levantamento histórico e bibliográfico, de conversas informais e de observação participante. Compreendeu-se como se originou os cultos estabelecidos em Brasília. Propõe o aprofundamento através dos estudos lingüísticos e antropológicos das religiões afro-brasileiras estabelecidas no Distrito Federal.

Palavras-chave: Candomblé, Brasília; Lingüísticos; Escravos; Cultos; Afro-brasileiras.

T

¹ Este artigo é um desdobramento do Trabalho de Conclusão de Curso "A Linguagem no Candomblé: uma visão sobre a cultura africana nos terreiros de Candomblé do Distrito Federal", apresentada no Curso de Letras do UniCEUB, defendida e aprovada em junho de 2006.

² Lingüista; Dirigente e Sacerdote do Axé Daomé, Cruzeiro, Distrito Federal; Pesquisador sobre cultura e religião afro-brasileira; Membro do terreiro de Tambor-de-Mina Tenda Espírita Só Deus Pode, na cidade de São Luís, estado do Maranhão, dirigido pela saudosa Sacerdotisa Vodunce Maria José Pinto (1938-2001); atualmente vinculado a Sacerdotisa Vodunce Bernadete Gomes, em São Luís do Maranhão.

Introdução

O presente artigo tem como proposta apresentar as estruturas religiosas praticadas pelos adeptos das religiões de origem africana no Distrito Federal, de forma a demonstrar como foram erigidos os primeiros espaços litúrgicos para a prática de cultos afro-brasileiros em Brasília (Costa Neto, 2006) cujos iniciados costumeiramente denominam-se como Candomblés³. Pretende-se traçar um perfil dessa religião - de origem africana – no universo religioso do Distrito Federal, cujos membros pertencem a um sistema religioso especial, dos quais seus praticantes utilizam-se de um aprendizado pelo sistema de tradições, através da oralidade, de um culto aos antepassados, pela possessão em iniciados ou não, ao culto das divindades do panteão africano, dos quais os pesquisadores já consagraram como *nações*⁴.

As designações doravante usadas são: Candomblés das nações Angola⁵, Queto⁶ e Jeje⁷ e Omolocô⁸, modelos ritualísticos exercidos no Distrito Federal e no seu entorno, apesar da existência, entre outras nos demais estados do Brasil, tais como: efon, ijexá, batuque, xangô, mina, que não são representadas no universo religioso do Distrito Federal. Todas as formas praticadas têm em comum a manifestação dos chamados *santos*⁹ pelo transe, em iniciados ou não, em todos os terreiros¹⁰ brasilienses, uma vez que inexistente no Distrito Federal modelo ortodoxo que proíba qualquer tipo de manifestação dos não iniciados.

⁻

Segundo (Castro:196) a palavra Candomblé tem origem no Quicongo/Quimbundo/Umbundo. Kandomble < kulombela < lomba.

⁴ Nome em todo território brasileiro das comunidades afro-brasileiras que se utilizam de determinada língua litúrgica para distinguir seus ritos e mitos: (Castro, 2001), (Cacciotore, 1977), (Fonseca Jr., 1995), (Luz, 2000).

⁵ Falantes da variação lingüística do Quimbundo, Quicongo e Umbundo.

⁶ Falantes da variação lingüística do Iorubá.

⁷ Falantes da variação lingüística Éwe ou Fon.

⁸ Falantes da variação lingüista do Quimbundo e Português.

⁹ Designação comum entre os adeptos das religiões afro-brasileiras: Orixás, nos Candomblés de nação Queto; Inquices, nos Candomblés da nação Angola; e, Vodum, para os Candomblés de nação Jeje.

¹⁰ Templo em que se realizada os rituais das comunidades religiosas afro-brasileiras.

Histórico

Conforme Ramos (1942), a partir dos estudos de Nina Rodrigues (1906), professor da Faculdade de Medicina da Bahia, que por sua vez, baseado nas pesquisas do Coronel Ellis (1894), únicos disponíveis à época sobre as culturas *yoruba* e *ewe* da Costa dos Escravos e do antigo reino do Daomé¹¹ (Dahomé, Dahomey, Danxomé ou Dangomé). Ficou demonstrado que a pesquisa estava voltada para as manifestações psicológicas dos negros residentes na Bahia, e procurou designar a origem dos escravos oriundos do continente africano. Esses estudos amparados em fatores lingüísticos focaram dois grandes grupos: os chamados Bantos¹² e os Sudaneses¹³, divisão que se perpetua até os dias atuais; ressalta-se o fato de que as pesquisas tentaram demonstrar uma superioridade tanto lingüística como religiosa dos Iorubás, aqui chamado de Sudaneses em relação aos de origem Banto.

Para se entender a dimensão do que significa a influência religiosa dos africanos no Brasil, observa-se que a partir dos grupos afro-lingüísticos cujas palavras foram incorporadas ao Português falado no Brasil estabeleceu-se ciclos de transferências dos povos negros oriundos da África em direção ao Brasil; seus números aproximados, em estatísticas aduaneiras subsistentes, estão muito bem apresentados por Goulart (1949) ratificado por Castro (2001), em quatro grandes ciclos:

(i) O primeiro, no Século XVI, ou chamado ciclo de Guiné, compreende toda a costa Atlântica, estima-se em cerca de 30.000 o número de escravos remetidos para o Brasil, assim denominados: Negros da Guiné, da Costa, do Congo, além de Gentio da Guiné ou da Costa.

¹¹ Atual Benin, cf. Costa e Silva (2002a:535).

¹² Influência lingüística dos falantes do Quimbundo, Quicongo e Umbundo, antigo Reino do Congo, em especial o território hoje que se localiza Angola, além das demais colônias de Portugal na África.

¹³ Falantes do Iorubá e Ewe, localizado nos países do oeste africano, territórios da Nigéria, Benin e Togo.

- (ii) O Segundo ciclo, a partir do Século XVII, referente ao ciclo de Angola e do Congo, com cerca de 800.000 africanos remetidos para o Brasil, cuja origem étnica destacar-se-á os Congos, Angolas, Cabindas, Benguelas, Mandingas e Minas.
- (iii) Em um terceiro ciclo, a partir do Século XVIII, ou ciclo da Costa da Mina, situa-se ao longo da costa de Gana, em todo o Benin. Estima-se em cerca de 2.500.000 o número de pessoas introduzidos no Brasil, entres eles os Angolas, Congos, Cabindas, Benguelas, Jejes, Minas, Ardras, Savalus, Nagôs, Moçambiques e Quilimanes, nesse período destacar-se-á:
- (iv) Já o quarto ciclo, Século XIX, entre o período de 1770 a 1850, conhecido como da baía de Benin, estar-se-á incluído o período do tráfico clandestino, estimado em cerca de 1.500.000 seres humanos transportados, cujos grupos étnicos recebidos no Brasil eram os Angolas, Congos, Jejes, Mahis, Nagôs, Hauças, Grunces, Canunes, Tapas, Bornus. Nesse período destacar-se-á a vinda da família Real para o Rio de Janeiro; o Brasil assina em 1826 convenção com a Inglaterra estipulando entre as duas nações o fim do tráfico africano¹⁴; e, em 1853¹⁵ houve o fim do tráfico transatlântico de africanos por pressão da Inglaterra¹⁶, porém o tráfico interno no Brasil permaneceu até 1888, com a abolição da escravatura, passando então a existir um novo fenômeno migratório¹⁷.

Em razão dos ciclos migratórios ter-se-á o primeiro grande grupo lingüístico aportado no Brasil, o Banto ou *Bantu*, que é o falado nas nações de Candomblé de Angola e Omolocô, cuja origem é designada de *Probanto*. Com efeito, conforme Valente (1964) são as línguas faladas nos territórios de Angola, o *Quimbundo*, das tribos de Luanda e Norte; o *Umbundu*, do Centro de Angola; e os *Bundas* nos Luchases; das quais são as mais incorporadas ao léxico religioso no Brasil, ressalte-se também a existência de diversos outros dialetos bantos africanos, que por certo influenciaram o português falado no Brasil, bem como as matrizes religiosas, como

_

¹⁴ Porém, no ano de 1827, o então parlamento impugnou a convenção; todavia, em 1831, por Decreto foram ratificados os compromissos assumidos.

¹⁵ No ano de 1850, a chamada "Lei Euzébio de Queiroz", colocaria fim ao processo de tráfico de escravos nos anos seguintes, o que só ocorreu efetivamente em 1853, face a pressão britância imposta ao Brasil contra o tráfico através de seus navios cruzadores.

¹⁶ Para saber mais leia Leslie Bethell.

¹⁷ O movimento de retorno dos escravos brasileiros para a África, em especial países como Nigéria, Benin e Togo produziram comunidades fundadas por brasileiros conhecidas como Agudás (Guran, 2000).

bem assevera Lopes¹⁸ (2003b).

O Segundo grupo lingüístico, dos chamados Sudaneses, pertencentes aos falantes da nação do grupo da nação de Queto, cujo Iorubá é o mais falado em território brasileiro, tem sua origem conforme bem definiu Verger (1996):

"'o termo 'yorùbá', escreve S. O. Biobaku, 'aplica-se a um grupo lingüístico de vários milhões de indivíduos.' Ele acrescente que, 'além da linguagem comum, os *yorùbá* estão unidos por uma mesma cultura e tradições de sua origem comum, na cidade de Ifé, mas não parece que tenha jamais constituído uma única entidade política e também é duvidoso que, antes do século XIX, eles se chamassem uns aos outros por um mesmo nome'. A. E. Ellis mencionou-o, judiciosamente, no título do seu livro *The yorùbá speakin people* ('Os indivíduos que falam iorubá') dando a significação de língua a uma expressão que teve a tendência a ser posteriormente aplicada a um povo, a uma nação ou a um território."

Já estudiosos dessa língua como Sachnine¹⁹ (1997) em seu Dicionário do

¹⁸Ajaua, em Moçambique; Malaui, Zimbábue; Bemba, Zâmbia; Cuanhama, sudoeste africano (angola, Namíbia); Ganguela, fronteira leste de Angola, oeste de Zâmbia; Iaca, no Zaire; Lingala, no Congo, antigo Zaire e outras lugaares da África Central; Macua, em Moçambique; Nhaneca, no sul de Angola; Nhungue, em Moçambique; Nianja, em Moçambique; Quiguana, dialeto do Suaíle falado no Antigo Zairo; Quico, no nordeste de Angola; Ronga, em Moçambique, Zimbábue; Suaíle, na Tanzânia, Zanzibar, Moçambique; Suto, na África do Sul; Tonga, em Moçambique, Zimbábue; Yangana, em Moçambique; Xona, em Moçambique, Zimbábue, Botsuana; Zulu, na África do Sul; dentre outros não identificadas.

¹⁹ Não existe uma língua Yorubá (pode-se estimar que exista aproximadamente 25 milhões de falantes do Yorubá), mas um dialeto com pronúncia diferenciada, o grau de incompreensão varia fortemente de uma palavra para outra. Os primeiros estudos sobre a língua, nos meados do século XIX, feitos pelos missionários instalados nos arredores do país Egbá, foram incorretos. Mais tarde, quando se deu conta de sua importância histórica, a fala também de Oyó fora estudada.

É a partir de seus primeiros estudos que se desenvolveu um yorubá básico – gênero de 'língua franca' compreendida teoricamente por todo o país – que é ensinada, falada na rádio, na televisão e introduzido na literatura escrita.

Em consequência, os primeiros romances escritos por Daniel O. Fágúnwà, no ano de 1920, buscou inspiração nos contos imaginários e na tradição oral. Um número considerável de obras escritas foram encontradas: romances picarescos com valor didático, romances éticos, romances policiais, poesia e sobretudo o teatro inspirado na mitologia ou na história.

Os teatros ambulantes desenvolveram-se a partir das festas ritualísticas ligadas a seus antepassados, são uma tradição antiga, isso explica talvez que de certa forma a expressão literária seja um privilégio dos escritos em Yorubá.

Existem também dois ou três jornais em Yorubá. Sua aparição, teoricamente semanal, é todavia irregular; a péssima qualidade de impressão (ausência de flexões e sinais diacríticos) torna a leitura freqüentemente difícil.

francês-iorubá apresenta a origem do grupo iorubá não como uma língua única; e, seria um dialeto e compreende um *continuum* dialetal. Somente após estudos dos processos orais existentes em território africano houve interesse da pesquisa da língua Iorubá, a partir do Reino de Oió²⁰.

O terceiro grupo lingüístico, o Éwé ou Fon, a língua litúrgica falada nas comunidades religiosas afro-brasileiras na chamada nação Jeje, e por questões de melhor compreensão dos leitores, constitui a família da língua do povo Ewe. Adotarse-á o modelo descritivo de Rongier²¹ (2004) como uma língua proveniente do grupo Kwa das famílias das línguas do Niger-Congo, mais falada principalmente no Togo por cerca de dois milhões e novecentos mil pessoas naqueles territórios, inclusive por outras etnias existentes, inclusive com sua variante dialética, o mina²² que é bastante popular, constitui uma língua veicular utilizada por todo o país, bem como informa que o Éwé é ministrado em escolas de primária no Togo. Ressalta-se a dificuldade do compreendimento dessa variante lingüística nas comunidades religiosas de nação Jeje, como bem exemplificou em fato apresentado por Ferretti (1996b: 287) sobre a língua falada na Casa das Minas, templo religioso erigido na cidade de São Luís do Maranhão, fundado a cerca de um século e meio.

Destacar-se-á que a literatura sobre a temática das religiões afro-brasileiras está concentrada em bancos de dados de teses e dissertações das Universidades

²⁰ Reino africano que deu origem ao grupo da nação de Candomblé Queto.

O Ewe faz parte do grupo Kwa da família das línguas denominadas Níger-Congo que se estendem desde o Senegal até Oceano Índico e ao norte de Kalahari. O Ewe é falado do sul do Togo até arredores de Atakpamé, e do sudeste de Gana até o Lago Volta. No Togo, calcula-se uma população de cerca de 5.000.000 de habitantes em 2004, aproximadamente 2.900.000 são Ewe, mais estima-se que a língua Ewe é falada por mais de 3.200.000 habitantes, visto que, ela é utilizada por outras etnias do Togo (Mina, Guin, Ouatchi, Adja, Akébou, Akposso, Ahlon). O dialeto variante mina, tornou-se a língua popular em Lomé, constitue em uma língua veicular por todo o país.

Em Gana existe cerca de 3.000.000 de Ewes. A língua ali é ensinada em várias escolas primárias. Enfim, o Ewe é a língua falada ainda menos compreendida entre as etnias do Benin (650.000 Pla, Péda e Mina e 780.000 Adja) e é a língua mais ou menos compreendida pela etnia Fon.

É a língua mais importante do Sul do Benin.

²² Que aqui no Brasil são chamados de negros Mina, cuja origem deu o culto aos Voduns e o Tambor-de-Mina do Maranhão; para saber mais sobre a origem do culto do Tambor-de-Mina do Maranhão leia Ferretti (1996b).

Federais, pesquisas científicas voltadas exclusivamente sobre os aspectos religiosos do Candomblé em detrimento de estudos sobre a influência das línguas africanas no Português falado no Brasil, razão de que em áreas: Antropologia, Sociologia, História, e Aspectos Culturais, Lingüística representarem a maior parte das fontes de referência sobre a cultura, religião e línguas africanas.

Formação do Candomblé no Distrito Federal

A formação dos Candomblés de Brasília confunde-se com a construção do sonho da instalação da nova Capital Federal, no Centro do Planalto Central. Historicamente, já se previa a mudança da Capital para o interior do país: em 1808, com a vinda da família real para o Brasil ao fugir das invasões napoleônicas, e estando a beira-mar seriam mais vulneráveis (Couto, 2002: 37). Fato também de grande importância histórica diz respeito à noite do dia 30 de agosto de 1883, em que ao fundador da ordem salesiana no Brasil, Dom Bosco, foi revelado, em um sonho místico, por ele relatado durante uma reunião de 4 de setembro do mesmo ano, a cidade de Brasília; seu sonho-visão, que consta do volume XVI das *Memórias biográfica de São João Bosco*²³(Couto, 2002: 53).

Posteriormente, houve a missão Cruls, e decorridos cerca de quatrocentos e cinqüenta anos desde o descobrimento do Brasil, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, em 01 de outubro de 1957, o então Presidente da República, Juscelino Kubitschek de

⁻

Por muitas milhas, percorremos uma enorme floresta virgem e inexplorada. Não só descortinava, ao longo das Cordilheiras, mas via até as cadeias de montanhas isoladas existentes naquelas planícies imensuráveis e as contemplava em todos os seus menores acidentes. Aquelas de Nova Granada, da Venezuela, das Três Guianas, as do Brasil, da Bolívia, até os últimos confins. Eu via as entranhas das montanhas e o fundo das planícies. Tinha sob os olhos as riquezas incomparáveis desses países, as quais um dia serão descobertas Via numerosas minas de metais preciosos de carvão fóssil, depósitos de petróleo abundantes que jamais já se viram em outros lugares. Mas isso não era tudo. Entre os paralelos 15 e 20 graus, havia um leito muito lardo e muito extenso, que partir de um ponto onde se formava um lago. Então uma voz disse repetidamente: "Quando escavarem as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a Grande Civilização, a Terra Prometida, onde correrá leite e mel." Será uma riqueza inconcebível. E essas coisas acontecerão na terceira geração.

Oliveira, sancionou a Lei n. 3.273, conhecida como Lei Emival Caiado, marcando a data da mudança da nova capital e sua inauguração para o dia 21 de abril de 1960.

Chegam os primeiros migrantes; as primeiras construções foram erigidas nos anos de 1956 a 1957, com aproximadamente sessenta mil habitantes; quinhentos mil no final de 1968; um milhão no ano de 1978; um milhão e quinhentos mil no final de 1989 e dois milhões em janeiro de 2000. Esses números superam em muitas casas decimais do previsto por seus fundadores, que avaliaram no máximo quinhentos mil habitantes até o final do milênio (Couto, 2002:339).

Entre os primeiros habitantes destacam-se o candangos, verdadeiros construtores de Brasília e, em seguida, os diversos funcionários públicos transferidos após a inauguração da cidade. Já ano de 1960; entre os candangos destacar-se-á uma grande variedade de brasileiros de todas as origens e estados brasileiros, em especial a Bahia, pois muito entre eles eram adeptos de religiões afro-brasileiras, todavia, não há um estudo específico sobre que tipo de religião eram por eles praticadas, pois como em sua expressiva maioria vinha atrás do sonho da nova capital e de uma vida melhor.

O segundo grande grupo oriundo do estado do Rio de Janeiro – antiga capital -, funcionários públicos federais transferidos com a inauguração, entre eles estariam inseridos adeptos das religiões afro-brasileiras, pois é de conhecimento que o Estado do Rio de Janeiro abriga muitos grupos praticantes de cultos de origem africana; poder-se-ia dizer que a partir do Rio de Janeiro é que se difundiu a Umbanda²⁴ para todo o Brasil, sem contar ser um grande pólo de culto do Candomblé.

Dessa forma ao dividirmos os primeiros migrantes em dois grupos, brasileiros de todos os estados e cariocas, evidenciar-se-á o crescimento cultural e religioso que sofreu Brasília, comprovadamente demonstrado nos dias atuais, pois decorridos mais de quarenta anos desde a sua construção, deparamos com uma cidade

8

²⁴ Culto religioso criado no Brasil, acredita-se por volta de 1930 no Rio de Janeiro, uma mistura de rituais africanos e o espiritismo de Allan Kardec, praticado em todo o território brasileiro (Capone, 2004:18).

totalmente ecumênica, com vários segmentos religiosos instalados em diversos pontos do Distrito Federal, inclusive com ampla divulgação nacional.

Como foi demonstrado nos parágrafos anteriores, as comunidades religiosas dos Candomblés de Brasília têm suas origens em dois estados do Brasil: Rio de Janeiro e Bahia. Nesse aspecto podemos destacar que, no início da construção da nova Capital Federal, não houve migração imediata dos adeptos das religiões africanas organizados em casas-de-santo ou terreiros.

A cidade de Brasília, apesar de dispor de grandes áreas urbanas, foi projetada de forma diferente, e para a prática do culto de origem africana fez com que os novos moradores se adaptassem também a nova cidade, pelos relatos coletados surgiram inicialmente locais para a prática da Umbanda, pois os rituais eram realizados apenas em ambientes domésticos, e como no Candomblé exige a necessidade de espaços mais amplos, não houve desde logo a prática do Candomblé do modelo como é conhecido.

É de conhecimento geral entre os adeptos dos Candomblés de Brasília ser a primeira grande zeladora²⁵-de-santo, Mãe Tereza, que iniciou suas atividades em uma área de urbana situada na Asa Norte de Brasília nas chamadas quadras novecentos; esse centro iniciou suas atividades como Centro Espírita de Umbanda, posteriormente como Candomblé, e a transferência da instituição para a cidade do Guará, provavelmente em razão da cláusula de retrovenda²⁶ existente no contrato de aquisição do terreno.

Houve então em Brasília e posteriormente em todo o Distrito Federal, uma nova forma de construção de templos para a prática das religiões de origem africana: com a existência de templos em áreas urbanas, para a prática da Umbanda e do Candomblé; nas áreas consideradas como rurais no Distrito Federal, para a prática do Candomblé.

²⁶ Cláusula contratual que prevê a construção em determinado período pelo adquirente sob pena de devolução da área.

²⁵ Nome mais comumente usado para referir-se a uma mãe-de-santo ou sacerdotisa.

Cabe ressaltar ainda, outro grande templo situado na Asa Sul (área urbana com aproximadamente vinte mil metros quadrados), dirigido por João Baiano. Esse centro funcionou por diversos anos, mas na década de oitenta seu terreno foi vendido para uma grande instituição de ensino superior, que ali edificou uma nova unidade educacional.

O Distrito Federal então passou a formar seus primeiros sacerdotes a partir dos primeiros templos edificados e dos migrantes que já possuíam a iniciação nas religiões de origem africana, todavia, os primeiros iniciados no Distrito Federal procuraram modelos já existentes e buscaram legitimação em outras capitais do país, como Salvador e o Rio de Janeiro, por acreditar estarem àquelas capitais embuídas de um modelo religioso ortodoxo com garantia de prestígio entre as demais lideranças de Brasília.

Com o decorrer dos anos o Distrito Federal sofreu grandes transformações, e por consequência as comunidades dos Candomblés, foram praticamente extintas do centro da Capital Federal, permanecendo apenas alguns templos umbandistas, inclusive com funcionamento até os dias atuais. Os demais transferiram-se para a periferia do Distrito Federal, - entorno –, que fisicamente pertence ao Estado de Goiás, mas, financeiramente sobrevive em função do Distrito Federal, local que se concentra a maioria dos espaços para prática dos ritos afro-brasileiros nos tempos atuais.

Brasília oferece como um dos seus grandes líderes nas religiões afrobrasileiras, o Babalorixá Lilico de Oxum, com templo erigido na região de Sobradinho, com suas atividades a pelo menos três décadas, cuja nação é o Candomblé de Queto, local que oportunizou meus primeiros contatos com um terreiro de Candomblé devidamente organizado e em pleno funcionamento, através da Ialorixá Antonia – Toinha – de Xangô. Outra grande expoente dos Candomblés brasilienses é a Ialorixá Railda de Oxum, famosa e conhecida entre todos os adeptos, lembrada sempre como pertencente ao Axé Opó Ofonjá da Bahia, o que lhe garante legitimação e poder,

com seu espaço religioso situado no entorno de Brasília.

Além de Babalorixá Marcos de Airá, figura brilhante da nação Omolocô, com templo erigido entre as regiões administrativas do Guará e Taguatinga, em ampla chácara em local conhecido como Vicente Pires, que, originalmente era destinado a chácaras e atualmente em função das especulações imobiliárias vêm se transformando em bairro residencial.

Diversos outros sacerdotes de grande prestígio destacaram-se pelo seu desempenho, como por exemplo o Babalorixá Rui de Oxalá, considerado grande conhecedor da nação Jeje; o saudoso Pai Paiva, que organizou e legalizou a Federação de Umbanda e Candomblé no Distrito Federal, além de conseguir o prestígio das festas de final de ano no Lago de Brasília; a Ialorixá Carmelita de Iemanjá, da nação Queto, bem como seu filho Jorge de Ogum, além de seu Axogum²⁷ Maurílio de Oxossi, localizado na região rural de Sobradinho, na rotas dos Haras; de quem sou muito grato a esses pelo auxílio em festividades em nosso templo; além de muitos outros, que não serão mencionados, mas também de grande prestígio junto aos membros dos Candomblés.

Neste artigo, não serão apresentadas características físicas dos Candomblés do Distrito Federal, tais com sua a disposição das edificações religiosas dos terreiros em suas nações, nem em relação a Umbanda, ou do calendário mítico-religioso, bem como as funções religiosas desempenhadas pelos seus sacerdotes e praticantes, eis que são muito bem detalhadas em diversos autores, tais como: Barcellos (Barros, Bastide, Beniste, Braga, Carneiro, Caroso, Prandi, Carvalho, Corrêa, Cruz, Ferretti, Latelli, Lima, Lody, Luz, Moura, Oliveira, Ribeiro, Rodrigué, Santos, Segato, Verger e Vogel, que de forma cuidadosa oferecem uma visão completa do papel desempenhado por cada um dos sacerdotes nas diversas nações.

-

 $^{^{\}rm 27}$ Sacerdote responsável pelo ritual de imolação dos animais nos rituais afro-brasileiros.

Demais características

Apesar de ser do conhecimento dos adeptos dos Candomblés sobre a existência de outras nações de Candomblés no território brasileiro, como Efon, Ijexá, Batuque, Xangô, Catimbó, Jurema, Mina, entre outras. No Distrito Federal não se tem conhecimento de sua divulgação ou a prática pelos seus integrantes, ainda que alguns dos adeptos desses grupos possam estar integrados aos modelos religiosos já incorporados no Distrito Federal sem contudo distanciarem ou abandonarem seus ritos iniciais.

Em relação a Umbanda, ela está presente na capital federal, em todas as cidades e entorno do Distrito Federal. Seus adeptos constituem-se de iniciados ou não no Candomblé. Vale lembrar que no modelo de Candomblé difundido no Distrito Federal existe a manifestação dos encantados²⁸, momento em que realiza uma cerimônia de Umbanda e na qual será oportunizada a presença das entidades como caboclos, preto-velhos, exus, marinheiros, etc.

Por sua vez, às demais manifestações afro-religiosas no Distrito Federal, foi mencionada a existência de um terreiro de Tambor-de-Mina, modelo religioso proveniente do estado do Maranhão, em plena atividade nos anos 80, próximo a cidade satélite de Sobradinho, porém, quando de minha trajetória no Terreiro de Mina *Tenda Espírita Só Deus Pode* (Santos, 1989: 131), em São Luís do Maranhão, cuja dirigente minha saudosa amiga e responsável pelo culto ali estabelecido, confirmou a existência daquele terreiro, porém não precisou sua localização.

Quando também de uma visita a Casa de Nagô, também em São Luís, ao indagar com uma *Vodunça*²⁹ disse freqüentar anualmente, o Distrito Federal, porém não participa de manifestações como o Tambor-de-Mina em Brasília.

12

²⁸ Termo pelo qual no Tambor-de-Mina é costumeiro chamar as entidades não pertencentes ao panteão dos orixás, voduns e inquices, também aqui adotado para designá-los.

²⁹ Termo usado para designar quem recebe vodum com uma certa experiência (Santos, 1989).

Como se depreende das informações colhidas no Distrito Federal, apresenta a divisão religiosa nas nações de Candomblé em Queto, Angola, Jeje e Omolocô, bem como a convivência harmônica da Umbanda dentro dos seus espaços litúrgicos, com a ressalva de que pouquíssimos terreiros de Candomblés, apesar de afirmarem como "puros" ou "sem misturas", seus dirigentes, quando em visitas a cerimônias públicas nos demais terreiros não fazem objeção aos ritos da Umbanda.

Conclusão

Dessa forma depara-se dentro dos terreiros afro-brasileiros na capital federal como um sistema religioso que busca a manutenção de uma pequena África em território brasileiro, pois o campo semântico das comunidades reveste-se de um fenômeno lingüístico, como definiu Gnerre (1988:23/24) ao designar como linguagem especial³⁰, dos quais os demais pesquisadores chamam de língua-de-santo³¹, que mantiveram preservados dentro dos terreiros de Candomblé de forma admirável e por centena de anos, sua matriz africana, de um vocabulário específico a todos os terreiros, além de daquele inerente a cada nação de Candomblé, todavia, sem abandonar o Português falado no Brasil.

O culto nagô, no Brasil, e em Brasília é predominante, por ser o padrão lingüístico adotado pelos seguidores ou adeptos dos Candomblés, dar-se tão-somente em razão da influência exercida dos pesquisadores aos basearam seus trabalhos em

_

A função central de todas as linguagens especiais é social: elas têm um real valor comunicativa mas excluem da comunicação as pessoas da comunidade lingüística externa ao grupo que usa a linguagem especial e, por outro lado, têm a função de reafirmar a identidade dos integrantes do grupo reduzido que tem acesso à linguagem especial . A função de comunicação secreta (defesa do ambiente externo) e de conservação de noções e tecnologias das quais o grupo mais restrito é portador é estritamente associado à função central das linguagens especiais. ... É comum que uma língua especial faça uso de léxico proveniente de alguma língua estrangeira ou externa à língua da comunidade e também de léxico elaborado pelos integrantes do grupo restrito e às vezes constantemente renovado para manter a função central da linguagem especial, de definir o grupo em relação ao ambiente lingüístico em que vive."

³¹ Refere-se aos falares usados no cotidiano das comunidades religiosas afro-brasileiras.

terreiros de origem Iorubá em detrimento dos chamados Bantos. Por sua vez, o culto as divindades bantas no Distrito Federal é praticado em todos os terreiros de Candomblé; até aqueles que se dizem ortodoxos o praticam, na sua forma designada: "toque de Umbanda"; "toque de Caboclo", "toque de Exu", "preto-velhos"; etc. Dessa forma a sonhada pureza nagô não passa apenas de um mito em busca de prestígio, pelo fato dos pesquisadores impingirem aos leitores menos atentos de que o Candomblé é realmente uma religião brasileira, que na chamada língua-de-santo cujo conhecimento pelos adeptos da suposta origem africana, muitas vezes apregoadas como de origem iorubá, na tentativa de sua superioridade, sendo que a mesma possui origem no grupo bantuído (Costa Neto, 2006).

Não restam dúvidas de que o processo de colonização dos negros de origem banto, foram os que tiveram maior sucesso na transmissão do falar africano para a língua brasileira, como bem asseverou Castro (2001), face à densidade demográfica³² e geográfrica desse grupo e por sua distribuição humana e antiguidade no território brasileiro, em cerca de dois séculos anterior aos ewes e três séculos em relação aos iorubás, e que por certo contribui de forma concreta nos aspectos religiosos. Importante ainda destacar como as religiões de origem africana deixaram de ser exclusivamente étnicas, e com a aproximação de pessoas de todas as classes sociais far-se-á necessário um estudo mais aprofundado das variações lingüísticas e religiosas existentes dentro desses templos. Por Brasília ainda ser uma cidade nova, seus principais líderes ainda residentes no Distrito Federal, que se faça novas pesquisas é de cunho emergencial.

A guisa de esclarecimento, a lingüística ainda que não tenha as condições de possuir o conhecimento dos vaticínios da previsão do futuro, pode contribuir de forma significativa para o registro do léxico nas comunidades religiosas dos afrodescendentes, como forma de manutenção de sua cultura. Buscou-se através do

_

³² Inicialmente em razão das primeiras colônias portuguesas na África situadas na África pertencerem ao antigo reio do Congo – falantes do Bantu –que constituíam a maior população na África.

presente trabalho traçar um perfil do que foi a implementação religiosa dos cultos de origem africana no Brasil, e posteriormente no Distrito Federal. Espera-se contribuir para divulgação do que foi o processo envolvendo a criação dos primeiros terreiros de Candomblé no Distrito Federal e de que forma são praticados seus rituais.

REFERÊNCIAS

- BARCELOS, Mario César. Jamberesu. As cantigas de Angola. Rio de Janeiro: Pallas, 1998..
- BARROS, José Flávio Pessoa; NAPOLEÃO, Eduardo. *Ewé Òrisà: Uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas Casas de Candomblé Jêje-Nagô.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.
- BARROS, José Flávio Pessoa de. *O Segredo das Folhas: Sistema de Classificação de Vegetais no Candomblé Jêje-Nagô no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas: UERJ, 1993, (Série Raízes; 4).
- _____ A fogueira de XANGÔ ... o orixá do fogo: uma introdução à música sacra afrobrasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.
- _____. *O banquete do Rei... Olubajé: uma introdução à música sacra afro-brasileira.* Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2000.
- BASTIDE, Roger. As Religiões Africanas no Brasil. Volume I. São Paulo: USP, 1971.
- _____. As Religiões Africanas no Brasil. Volume II. São Paulo: USP, 1971.
- _____. Estudos Afro-brasileiros. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- _____. O Candomblé da Bahia: rito nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BENISTE, José. <u>Ò</u>run Àiyé: O encontro de dois mundos, o sistema de relacionamento nagôyoruba entre o céu e a terra. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997.
- _____. As águas de Oxalá: àwon omi Ósàlá. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de Escravos 1807 1869.* Coleção Biblioteca Básica Brasileira. Senado Federal: Brasília, 2002.
- BRAGA, Júlio. *Ancestralidade Afro-brasileira: O culto de babá egum.* Salvador: EDUFBA/Ianamá, 2. ed., 1995.
- _____. A cadeira de Ogã e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pallas, 1999.
- BRAGA, Reginaldo Gil. *Batuque Jêje-Ijexá em Porto Alegre: a música no culto aos orixás*. Porto Alegre: FUMPROARTE, 1998.
- CACCIATORE, Olga Gudolle. *Dicionário de Cultos Afro-brasileiros*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- CAPONE, Stefania. A busca da África no candomblé: tradição e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
- CARNEIRO, Edson. *Antologia do Negro Brasileiro*: de Joaquim Nabuco a Jorge Amado, os textos mais significativos sobre a presença do negro em nosso país. Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 19.

Candomblés de Brasília: contribuição aos estudos dos rituais afro-brasileiros no Distrito Federal. . Candomblés da Bahia. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. . Negros Bantos. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. CAROSO, Carlos; BACELAR, Jéferson (Orgs.). Faces da Tradição Afro-Brasileira: Religiosidade, Sincretismo, Anti-Sincretismo, Reafricanização, Práticas Terapêuticas, Etnobotânica e Comida. Rio de Janeiro/Salvador: Pallas; Salvador, BA: CEAO, 1999. CARVALHO, José Jorge de. Cantos Sagrados do Xangô do Recife. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1993. CASCUDO, Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro: Ediouro. CASTRO, Yeda Pessoa de. Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2001. CORREA, Norton. O Batuque do Rio Grande do Sul: Antropologia de uma Religião Afro-Rio-Grandense. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1992. COSTA NETO, Antonio Gomes da. A Linguagem no Candomblé: uma visão sobre a cultura africana nos terreiros de Candomblé do Distrito Federal. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Letras do UniCEUB, Brasília: 2006. COUTO, Ronaldo Costa. Brasília Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro: Record, 2002. CRUZ, Robson Rogério. Carrego de Egum: Contribuição aos estudos do rito mortuário no Candomblé. (Dissertarão Mestrado) Rio de Janeiro: 1995. DIAGNE. P. História e lingüística. In: História Geral da África. I. Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982. DUQUE-ESTRADA, Osório. A abolição. Brasília: Edições do Senado Federal, Volume 39, 2005. ELLIS, A. E. The yoruba-speaking peoples of the slave coast of áfrica. Londres, 1894. FERRETTI, Mundicarmo. Terra de caboclo. São Luís: SECMA, 1994. _. Desceu na Guma: o caboclo no Tambor de Mina. São Luís: EDFMA, 2000. . Maranhão Encantado: encantaria Maranhense e outras histórias. São Luís: UEMA, 2000. FERRETTI, Sérgio Figueiredo. Repensando o Sincretismo. São Paulo: EDUSP; São Luís FAPEMA, 1995. ____. Querebentã de Zomadônu: Etnografia da Casa das Minas do Maranhão. São Luís: EDFUMA. 1996.

FONSECA JR., Eduardo. *Dicionário Antológico da Cultura Afro-brasileira Português – Yorubá – Nagô – Angola – Gêge*. Brasil. Maltese: 1995.

Folclore, 2002.

__. (Org.) Tambor de Crioula: ritual e espetáculo. São Luís: Comissão Maranhense de

Candomblés de Brasília:

contribuição aos estudos dos rituais afro-brasileiros no Distrito Federal.

- GOULART, Maurício. Escravidão africana no Brasil, das origens à extinção do tráfico. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1949.
- GNERRE, Maurizio. Linguagem, Escrita e Poder. 4ª. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- GURAN, Milton. Agudas: Os "Brasileiros" do Benin. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- KI-ZERBO, J. coordenador do volume. *História Geral da África*. I. Metodologia e préhistória da África. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982.
- LATELLI, Laura M. A prática do Candomblé de Angola: O Omolocô, o Cabula, os Embandas, os Lundas-Quiocos. Rio de Janeiro: Eco.
- LEAL, Eneida. Os orixás no Brasil. Rio de Janeiro: Spala editora, 1989.
- LIMA, Vivaldo da Costa. A família de santo nos candomblés jejes-nagôs da Bahia: um estudo de relações intragrupais. 2. ed. Salvador: Corrupio, 2003.
- LODY, Raul. Santo também come: Estudo sócio-cultural da alimentação cerimonial em terreiros afro-brasileiros. Recife: MEC/Instituto Joaquim Nabuco, 1979. _____. .Espaço Orixá Sociedade: Arquitetura e Liturgia do Candomblé. 2. ed. Salvador: Ianamá, 1984. . Tem dendê tem axé: etnografia do dendezeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 1992. ____. O Povo do Santo: Religião, História e Cultura dos Orixás, Voduns, Inquices e Caboclos. Rio de Janeiro: Pallas, 1995. _____. Candomblé: Religião e resistência cultural. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 1987. ____. Dicionário de Arte Sacra e Técnicas Afro-Brasileiras. Rio de Janeiro. Pallas: 2003. LOPES, Nei. O Negro no Rio de Janeiro e sua tradição musical: partido-alto calango chula e outras cantorias. Rio de Janeiro: Pallas, 1992. ____. Novo Dicionário Banto do Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2003. LUZ, Marco Aurélio. Agadá: dinâmica da civilização africana-brasileira. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2000. . Do tronco ao Opa Exim: memória e dinâmica da tradição afro-brasileira. Rio de janeiro: Pallas, 2002.
- MAGGIE, Ivone. *Guerra de Orixá*: *um estudo de ritual e conflito*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de Moura (Org.). As Senhoras dos Pássaros da Noite. São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____. Candomblé Religião do Corpo e da Alma: tipos psicológicos nas religiões afrobrasileiras. Rio de Janeiro: Pallas.

Candomblés de Brasília:

contribuição aos estudos dos rituais afro-brasileiros no Distrito Federal.

Culto aos Orixás: voduns e ancestrais nas religiões afro-brasileiras. Rio de Janeiro
Pallas, 2004.
Leopardo dos Olhos de Fogo. São Paulo: Ateliê, 1998.
<i>OLÓÒRISÀ</i> : escritos sobre a religião dos orixás. São Paulo: Agora, 1981.
OLIVEIRA, Altair. Cantando para os Orixás. Rio de Janeiro: Pallas, 1993.
Elégùn: iniciação no Candomblé: feitura de Ìyàwó, Ogán e Ekéjì. Rio de Janeiro
Pallas, 1995.

- POVOAS, Ruy do Carmo. *A Linguagem do Candomblé: níveis sociolingüísticos de integração afro-brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1989.
- PRANDI, Reginaldo (Org). *Encantaria brasileira: o livro dos Mestres, Caboclos e Encantados*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- PRANDI, Reginaldo. *Herdeiras do Axé: Sociologia das religiões afro-brasileiras*. São Paulo: EDUSP: HUCITEC, 1996.
- RAMOS, Artur. *Os estudos negros e a escola de Nina Rodrigues*. In: Carneiro, Edison. Antologia do Negro Brasileiro: de Joaquim Nabuco a Jorge Amado, os textos mais significativos sobre a presença do negro em nosso país. Rio de Janeiro: p. 15-18. Rio de Janeiro: AGIR, 2005.
- RIBEIRO, René. *Cultos afro-brasileiros do Recife: um estudo de ajustamento social.* 2. ed. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978. 162 p. (Série Estudos e Pesquisas 7).
- RODRIGUÉ, Maria das Graças de Santana. *Orí Àpéré:* O *Ritual das Águas de Oxalá*. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- RODRIGUES, Alberto Nina. *Os Africanos no Brasil*. Brasília: 7 ed., Editora Universidade de Brasília, 1906.
- RONGIER, Jacques. *Dictionnaire français-éwé suivi d'un index éwé-français*. Paris: ACCT Karthala, 1995.
- SACHNINE, Michka. Dictionnarie usuel yorùbá-français suivi d'un index français-yorùbá. Paris: Karthala IFRA, 1997.
- SÀLÁMI, Síkírù (King). A mitologia dos orixás africanos. Volume 1. São Paulo: Editora Oduduwa, 1990.
- SANTOS, Juana Elbein. Os Nagô e a Morte. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SANTOS, Maria do Rosário Carvalho dos; SANTOS NETO, Manoel dos. *Bomboromina: Terreiros de São Luís uma interpretação sócio-cultural*. São Luís: SECMA/SIOGE, 1989.
- SANTOS, Maria do Rosário Carvalho dos. *O caminho das matriarcas Jeje-Nagô: uma contribuição para historia da religião afro no Maranhão*. São Luís: Fundação Municipal de Cultura, 2001.

SEGATO, Rita Laura. <i>Santos e Daimones</i> . Brasília: Editora da Universidade de Brasília 1995.
SERRA, Ordep. Rumores de Festa: O Sagrado e o Profano na Bahia. Salvador: EDUFBA 1999.
SILVA, Alberto da Costa e Silva. <i>A Manilha e o Libambo, A África e a escravidão de 1550 a 1700</i> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002, 17 mapas. <i>A Enxada e a Lança: A África antes dos Portugueses</i> . Rio de Janeiro: Nova.
<i>Um Rio Chamado Atlântico</i> . Rio de Janeiro: EDURJ/Nova Fronteira, 2003.
VALENTE, José Francisco. <i>Gramática Umbundu. A Língua do Centro de Angola.</i> Lisboa Junta de Investigações do Ultramar, 1964.
VERGER, Pierre. Artigos Tomo I. Bahia. Corrupio: 1992.
Ewé O uso das plantas na sociedade ioruba. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de todos o
Santos dos Séculos XVII a XIX. 3. ed. Bahia: Corrupio, 1987.
Os Libertos: sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX. Bahia
Corrupio: 1992.
Orixás. Bahia: Corrupio, 1996.
Notas sobre o Culto aos Orixás e Voduns. São Paulo: EDUSP, 1998.
Notícias da Bahia – 1850. 2. ed. Salvador: Corrupio, 1999.
Saída de Iaô. São Paulo: Axis Mundi/Fundação Pierre Verger, 2002.
Verger/Bastide Dimensões de Uma Amizade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

VOGEL, Arno et al. *A Galinha-d'angola: Iniciação e Identidade na Cultura Afro-brasileira. Série Raízes – Vol. 3.* Rio de Janeiro: EDUFF/FLCSO/PALLAS, 1993.